

OS DEZ ANOS DA REVISTA DA DEMOCRACIA SOCIALISTA: ELABORAÇÕES EM TEMPOS DE ESPERANÇA EQUILIBRISTA | CLARISSE PARADIS

Dez anos se passaram desde o lançamento do número zero da Revista da Democracia Socialista, anunciada como “uma revista marxista revolucionária [que] quer se relacionar, como espaço de diálogo e criação, de teoria e prática, de tradição revolucionária e abertura para os novos desafios do século XXI, de reflexão sobre a experiência nacional e interlocução com as grandes experiências internacionais de emancipação em curso, em particular as latino-americanas” (Número zero da Revista).

O esforço de construção desse lugar coletivo de memória, reflexão, atualização programática e resgate da experiência vivida merece comemoração. No campo da esquerda, toda ação militante se faz por incansável trabalho desde um exercício de imaginação compartilhada. É momento de saudar aquelas e aqueles companheiras/os que se dedicaram mais intensamente para a história da nossa revista, em tempos completamente adversos, e cujo ato da leitura e do estudo tem sido uma ação de resistência.

O período coberto pelas análises da Revista acompanha acontecimentos dramáticos no Brasil e no mundo. Entre 2013 e 2023, a crise hegemônica e as inconsistências do neoliberalismo influenciaram uma ascensão da extrema direita que, no Brasil, foi facilitada pelo processo de golpe contra presidenta Dilma Rousseff, avanço do lavajatismo, prisão de Lula e vitória eleitoral de Bolsonaro. No plano internacional, os ventos da extrema direita ampliaram-se em todo canto do planeta, atingindo os Estados Unidos de Trump e criando uma guinada à direita na América Latina. Apesar dessas derrotas, as esquerdas têm fortalecido sua capacidade de mobilização e organização, desafiando, com mais ou menos força, esses projetos de morte.

O balanço aqui proposto da Revista está longe de ser exaustivo e definitivo. Seu intuito será de destacar algumas das temáticas que foram abordadas nesse período, os debates que ajudaram a chegarmos até aqui e as perspectivas do projeto democrático e popular para o Brasil. O exercício de olhar para as análises feitas em um passado recente nos dá a possibilidade de revisar

equivocos, mas, mais interessante, é perceber nas reflexões coletivas no escopo de um programa socialista democrático, uma acertada confluência entre razão e vontade.

O número 1 da revista, lançado em dezembro de 2013, trouxe a contribuição para resgate histórico de um marxismo crítico, desde o debate sobre Gramsci e o legado do trotskismo. Destaca-se a experiência do feminismo e do antirracismo com centrais para o programa do socialismo democrático. A revisão sobre o Chile aparece em documento histórico e nas reflexões do entrevistado Emir Sader. Por sua vez, os caminhos até então apresentados pelo governo de Correa no Equador apontavam um laboratório político sobre como manter o Estado soberano *vis-à-vis* às dinâmicas das instituições financeiras do capitalismo globalizado.

Por fim, a reflexão sobre a revolução democrática, o legado da publicação do livro Nova Topeira de Emir Sader e as reflexões sobre as jornadas de junho lançam mão de algumas questões sobre o neoliberalismo. Ora flerta-se com a ideia de pós-neoliberalismo, diante do momento progressista do Brasil pós-crise de 2008, com crescimento econômico e assentamento dos avanços nas políticas públicas, ora alerta-se para a prevalência do neoliberalismo – desde sua dinâmica internacional, a partir dos impasses internos no Brasil e as sombras do passado (a exemplo da atuação da polícia militar e do fracasso da política de segurança pública).

O número 2 da revista, lançado em dezembro de 2014, analisa a vitória eleitoral de Dilma Rousseff em seu segundo mandato, entendida como derrota dos setores neoliberais no país, apontando também os desafios daquela nova conjuntura, marcada por certa perda de hegemonia do PT na sociedade brasileira e crescimento dos setores de oposição. A crise de 2008 é retomada num conjunto de textos que esforçam-se a ler as dinâmicas do neoliberalismo no pós-crise. Há nesse exercício uma leitura que ultrapassa os fenômenos econômicos, entendendo o neoliberalismo na sua dinâmica de disputa cultural e ideológica e na oposição aos valores democráticos.

No campo da teoria marxista, resgata-se as contribuições de Trotsky no que se refere ao desenvolvimento do capitalismo e as contribuições de Rosa Luxemburgo para pensar o papel da democracia no processo revolucionário

russo. No contexto latino-americano, uma avaliação da potência do projeto político do MAS na Bolívia, com avanços significativos no combate às desigualdades e de novo pacto em torno da condição indígena majoritária, do projeto de bem-viver e dos desafios de tornar a gestão pública operadora do processo de revolução democrática. No campo das memórias, retoma-se o debate do primeiro número, em torno dos caminhos da esquerda diante do autoritarismo organizado pelo golpe militar de 64, a partir da biografia de Raul Pont. A história de nosso querido militante se alinhava com a história da DS e da esquerda socialista democrática.

O terceiro número da Revista foi publicado em momento dramático – julho de 2016, já no período final do processo do golpe contra a presidenta Dilma Rousseff e depois de condução coercitiva contra Lula. Juarez Guimarães, no acúmulo das análises da DS, reconhece a crise brasileira como uma “contrarrevolução neoliberal”, facilitada pela conjuntura internacional de ofensiva dos setores centrais do capitalismo financeirizado, marcada por confrontação aberta aos preceitos democráticos, com forte teor racista e patriarcal.

Há nesse volume, portanto, um inventário das resistências no curso de 2015 e primeiros meses de 2016, no sentido de acúmulo de forças para barrar o golpe, confrontar o governo ilegítimo de Temer e criar bases para retomada das forças políticas democráticas e progressistas no Brasil. As resistências no campo da cultura, da juventude, das ações feministas e da luta por moradia, depois de experiências importantes de políticas públicas nos governos Lula e Dilma, criaram mobilizações expressivas de rua – a partir das marchas, das mobilizações nas redes e das ocupações. A convergência dos movimentos sociais em torno de frentes de resistência (Brasil Popular e Povo Sem Medo) possibilitaram aprendizados e ações políticas comuns.

Por fim, destaca-se a pergunta corajosamente feita por Gustavo Codas nesse momento tão dramático: “voltam os tempos conservadores?” Codas, a partir de uma revisão histórica dos acontecimentos políticos do ciclo progressista da América Latina, utilizando-se das ideias-forças de ciclos curtos e longos, defende que o ciclo “longo” de luta pela superação do neoliberalismo não estava esgotado no Brasil e na América Latina. Em 2022 pudemos atestar

essa hipótese com a vitória eleitoral de Lula e em anos anteriores a vitória eleitoral de outros progressistas na América Latina.

O número 4 da Revista, publicado em dezembro de 2016, eleva o tom da dramaticidade da conjuntura, já depois de Lula ter sido enquadrado como réu na Operação Lava-Jato e das dificuldades encontradas pelos setores progressistas nas disputas eleitorais municipais daquele ano. Fala-se em uma “avalanche ofensiva reacionária” que só poderia ser superada com uma guinada à esquerda, a partir de novo acúmulo de forças, desde as experiências de resistência, em direção a uma nova dinâmica partidária. As reflexões sobre a necessidade de uma refundação do PT foram acompanhadas de uma análise do esgotamento do paradigma da conciliação e de um programa de verniz reformista, ainda que com forte inclusão social.

Refutou-se a ideia, muito propagada no momento, de que a ofensiva reacionária não tinha a ver com as escolhas feitas no campo do governo e do partido. A guinada da política econômica no segundo mandato de Dilma e os impasses na dinâmica interna do PT contribuíram para que a ofensiva encontrasse ressonância e capacidade de ação. Ainda no campo das análises da avalanche, retoma-se o papel do racismo histórico no contexto brasileiro para pensar as causas e efeitos da crise.

Por fim, para alimentar nosso imaginário socialista, a importância de Fidel Castro (que tinha falecido naquele momento) e Nise Floresta foi resgatada. Essas duas figuras marcantes, em que pese a diferença de contexto e escala de atuação, nos ensinaram a ousadia da imaginação de justiça e igualdade. Fidel, libertando a Ilha, alimentou a chama da revolução em todas nós e Nise, libertando o inconsciente pela arte, nos ensinou que a liberdade é também bela.

O número 5 da Revista, lançado em maio de 2017, começa com a ideia de bifurcação, elaborado por Duménil e Lévy, cuja crise de hegemonia poderia ter uma virada para a direita ou uma para a esquerda. Como afirma Puty em presságio do que viria a ser o bolsonarismo no Brasil, havia já desenhado “o enorme risco de aprofundamento de saídas da crise hegemônica do neoliberalismo em versões ainda mais excludentes, concentradoras de renda e, portanto, antidemocráticas”.

Na ressaca da eleição de Trump nos Estados Unidos, a virada vencedora foi acentuada, contra a campanha eleitoral de um Partido Democrata com pouco apelo para as bases trabalhadoras. No mesmo número, avançamos no entendimento em torno da noção de contrarrevolução neoliberal. Ela caracterizaria uma convergência das classes dominantes, no contexto da luta de classes no Brasil, com objetivo de desfazer o pacto republicano de 1988. Alertou-se para a sua capacidade urgentemente destrutiva – do Estado e qualquer proposição redistributiva, dos marcos mais gerais da cidadania e da própria esquerda brasileira.

No bojo dessa contrarrevolução, a revista aprofundou a análise sobre o desmonte da previdência, o ataque à CLT, o teto dos gastos e as ofensivas contra o SUS. Ao mesmo tempo, anuncia-se os limites dessa convergência pelo isolamento decorrente da ilegitimidade e impopularidade do golpe e pela ativa resistência e processo mobilizador dos setores progressistas. As leituras marxistas desse número da revista concentram-se nas contribuições de Daniel Bensaid, apresentadas por Moro e no resgate das raízes históricas do 8 de março, como processo que parte da memória dos acontecimentos revolucionários na Rússia para ganhar um engajamento global desde as articulações da segunda internacional.

O sexto número da Revista, lançado em outubro de 2017, apresenta de modo mais organizado as leituras sobre a contrarrevolução neoliberal, em razão da XII Conferência da DS. Avança-se na análise sobre a erosão das bases da soberania popular por essa convergência regressiva e propõe-se uma refundação programática das esquerdas, no bojo dos avanços de avaliação autocrítica do momento.

Retoma-se as leituras históricas do marxismo. É possível ler um Lênin de 1905 aproximado de Trotsky, refletindo, por exemplo, sobre o papel do partido de massas, do centralismo democrático e do direito à tendência. É possível também ler um Che Guevara que questionou os ortodoxismos da experiência soviética, em elaboração criativa em torno dos desafios da transição ao socialismo, desde uma prática internacionalista, que apontou a necessidade de novos valores e cultura política.

Nesse bojo, O Capital de Marx é revisitado pela ótica feminista, demonstrando que, se o marxismo tem sido fundamental para elaboração de um horizonte de igualdade entre homens e mulheres, a exclusão do trabalho doméstico de cuidados dos esquemas explicativos do capitalismo deve ser corrigido para uma ação revolucionária que se preze de fato igualitária. Por fim, os debates sobre a nova rota da seda, impulsionada pelo governo chinês, dá pistas dos debates sobre as disputas hegemônicas, sobre nova ordem monetária e disputas militares no contexto global.

A Revista número 7 foi publicada nas vésperas do primeiro turno das eleições de 2018. Mais um capítulo da contrarrevolução neoliberal, cujo desfecho todas/os sabemos. O impedimento criminoso da candidatura de Lula e sua conseqüente prisão impôs uma derrota eleitoral e política, entendida no escopo dos acontecimentos que se seguiram desde 2014. O assassinato de Marielle Franco deixou evidente que a guinada reacionária era acompanhada de violência patriarcal e racista. Jair Bolsonaro se gabou como alternativa diante da deslegitimação da direita golpista e dos ataques à esquerda.

Ao mesmo tempo, a elaboração programática da campanha de Lula em 2018 possibilitou aglutinar forças, denunciar a contrarrevolução neoliberal e reforçar os processos de resistência. A Campanha Lula Livre foi fundamental para enfrentar tamanha avalanche reacionária. A Revista também contribuiu para compreender as disputas políticas no campo da educação, tema que seria fundamental para ação bolsonarista depois de 2018.

A experiência da luta pela legalização do aborto na Argentina é discutida na Revista, no sentido de explicitar suas raízes organizativas. Uma campanha massiva, com participação de diferentes setores da sociedade e com múltiplas ações só foi possível desde uma organização calcada na educação popular feminista. Nos mostra que quando há organização popular, a capacidade de enfrentar os setores conservadores é muito maior. Por fim, a memória da história do Partido Operário Comunista destaca a importância do debate sobre a revolução no contexto brasileiro, desde uma perspectiva anti-stalinista.

A oitava edição da Revista, publicada em outubro de 2019, aprofunda a análise sobre os impasses da hegemonia neoliberal e a virada reacionária no Brasil. A síntese da análise do Bolsonarismo feita por Cotas, vista

retrospectivamente, continua apurada, especialmente o olhar sobre os setores e discursos mobilizados pela extrema-direita para conseguir tal penetração na sociedade e no sistema político. Há também um chamado em construir novos acúmulos em torno do desafio de constituir governos socialistas no contexto das instituições democráticas liberais e da pressão advinda das coalizões neoliberais, tomando como referência o legado latino-americano do século XX.

No campo do resgate do marxismo, destaca-se que as leituras dogmáticas, de acordo com Juarez Guimarães, desafiaram a possibilidade de uma leitura socialista dos direitos humanos. Resgatar os debates sobre democracia, liberdade e processos organizativos em Marx ajuda a romper uma visão redutora dos direitos humanos e da democracia como burgueses.

No contexto da experiência de resistência e acúmulo da Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo, reflete-se sobre o desafio de manter o consenso interno (ainda que disputado) em prol do legado socialista cubano, em face das transformações na correlação de forças no mundo. Llanisca Lugo nos mostra a importância de uma organização política que refute etapismos e a separação entre lutas centrais e lutas periféricas. Mostra a importância da educação popular e da constante organização de base para estabelecer continuamente os processos de deliberação coletiva e renovar os sentidos do projeto político libertário em Cuba.

A Revista número 9 é lançada em momento ainda mais dramático, passado alguns meses do início dos efeitos da pandemia de COVID-19 no Brasil e das respostas genocidas de Bolsonaro à crise sanitária. O impacto da pandemia sobre a população brasileira trabalhadora foi intenso – morte e adoecimento, insegurança alimentar, sobrecarga de trabalho, isolamento, enfim, condições ainda mais precárias de sobrevivência. No âmbito da nossa militância, a pandemia significou adaptar todas as atividades militantes para o modo online, um penoso aprendizado. Mesmo diante de conjuntura tão grave, a DS promoveu análises, estudos e ação militante.

O volume dedica-se às urgências criadas nesse contexto e seus impactos da pandemia na condução da saúde pública, da educação e da economia. No âmbito das trincheiras da esquerda, aprofunda-se o debate sobre as táticas diante da crise sanitária, econômica e do governo Bolsonaro. Um apelo a uma

postura mais ativa da esquerda, em torno do “Fora Bolsonaro” deveria ser acompanhada, de acordo com a análise, por uma ação unitária da esquerda, guiada pela análise da luta de classes, em uma frente e por um programa para as cidades que aprofundasse a defesa da democracia e as saídas públicas para a melhoria das condições de vida.

No plano econômico, analisa-se a preponderância desastrosa do rentismo financeiro, a prevalência do emprego informal e o papel do Auxílio Emergencial para mitigação dos efeitos da COVID-19, implementado contra a vontade dos setores da extrema direita. No plano teórico, as análises sobre o neoliberalismo aprofundam-se com o estudo coletivo de Wendy Brown, que analisa a experiência do trumpismo nos Estados Unidos, reconhecendo que a razão neoliberal original, que combinava primazia do mercado, ataque à democracia e fortalecimento da moral cristã, ao contrário de produzir estabilidade e prosperidade, acabou por disseminar clientelismos, violências, ressentimentos e plutocracia.

No plano do resgate das obras de Marx, destaca-se as novas leituras possibilitadas pelo projeto Mega 2, onde situa-se a obra de Kevin B. Anderson, “Marx nas margens”, no sentido de estabilizar um novo paradigma clássico da leitura de Marx. De acordo com Juarez Guimarães, essa nova leitura “impressiona por sua unidade de sentido e por sua atualidade. O conceito que unifica as lutas classistas contra o capitalismo, as lutas contra o racismo, contra as opressões das mulheres, contra as dimensões de domínio colonial é o conceito de autoemancipação das classes trabalhadoras, como bem formulou Michael Lowy em sua obra clássica A teoria da revolução no jovem Marx”.

A décima edição da Revista, publicada no início de 2021 faz um balanço das atípicas eleições municipais de 2020, em plena emergência sanitária, depois da confirmação da derrota de Trump nos Estados Unidos. O problema democrático é abordado desde o resgate da contribuição de Florestan Fernandes e Celso Furtado. A revolução democrática é vista como guia para barrar os golpes e impedir os assaltos das classes dominantes, assim como superar o horizonte assumido pela esquerda - defensivo e reduzido às pactuações e dinâmicas eleitorais. O humanismo de Furtado é visto como um antídoto à desumanidade da agenda neoliberal.

No campo da avaliação das eleições municipais, entre as derrotas de Porto Alegre e Feira de Santana, há aprendizados sobre como enfrentar eleitoralmente os setores mobilizados pelo bolsonarismo, atuando por via das Igrejas neopentecostais, nas redes de fake news, das práticas machistas e com base no clientelismo. No campo das vitórias, destaca-se a campanha da Margarida Salomão e a campanha das candidaturas jovens – especialmente mulheres negras e brancas e LGBTQs – que mostraram a capacidade de criar identificação na classe trabalhadora, desde um programa de esquerda, que dialogava com as condições reais das pessoas. A força simbólica e progressista da campanha da Margarida “Tudo é de todos” nos inspira em como traduzir um programa frontalmente antineoliberal.

No Plano Internacional, foi possível analisar a ascendência da direita radical e dos golpismos na América Latina, a partir dos casos do Uruguai, Bolívia e Chile, demonstrando tanto um quadro do continente em disputa, quanto de uma notável resiliência da esquerda e do reconhecimento do seu legado na região. A vitória de Trump foi analisada desde as distorções produzidas pelo sistema eleitoral estadunidense. Por fim, desde perspectivas feministas, foi possível reler as dinâmicas do capitalismo, dando visibilidade para as condições de reprodução da vida no contexto da ferocidade do neoliberalismo autoritário e da emergência da pandemia de Covid-19. Recapitulando a análise de Nancy Fraser e Rahel Jaeggi, é possível reler o capitalismo desde uma perspectiva crítica ao reducionismo da visão marxista ortodoxa e seu economicismo, pensando o sistema como estruturado tanto pelas relações de produção como de reprodução da vida, englobando Estado, mercado, natureza e sociedade.

Os aprendizados organizados por esses dez volumes da Revista são muitos. Atualizar as leituras da obra de Marx e dos caminhos do marxismo, libertando-os dos dogmatismos, torna-se fundamental para fazer frente aos modelos atualizados de exploração capitalista e para construir sínteses para os dilemas que continuam a permear a ação política revolucionária – como acumular forças para derrota do capitalismo em sua fase de perversidade neoliberal, desde os espaços e oportunidades que a nossa própria ação política produz, nunca previamente determinada?

O chamamento que transpassa as páginas desses dez anos é sempre o de uma “esperança equilibrada”, a partir de uma apurada e coletiva análise da realidade. Se a dureza desses anos trouxe autoconsciência dos erros e acertos e um realismo diante das forças reacionárias, jamais deixamos de pensar nas saídas da crise, naquilo que nos move como socialistas e na indignação contra as desigualdades.

Tal imaginação compartilhada foi altamente enriquecida pelos belos poemas, alguns comparecendo em memória e resgate, outros gestados no interior da nossa corrente. Mulheres poetas feministas, que nos mostram a força da luta e vida coletiva das mulheres.

A potência da Revista está em combinar a recuperação da produção teórica engajada do marxismo e das esquerdas com uma leitura coletiva dos acontecimentos atuais da conjuntura nacional e internacional, dando voz às/aos intelectuais orgânicos/as e a todo o acúmulo conseguido desde práticas políticas concretas. E nesse inventário das lutas justas, passeamos pelas artes e pela cultura, aquecendo os corações valentes. E desde a valorização da memória e dos fios biográficos da história das nossas resistências, lembramos as experiências vividas e a história de tantas pessoas que se dedicaram intensamente para o sonho que se sonha junto. Longe de um academicismo distante dos fatos políticos e sociais, a Revista é uma ação viva, que une o ontem, o hoje e o futuro imaginado, sempre em coletivo.

Clarisse Paradis é professora da UNILAB Campus dos Malês (Bahia), vice-presidente do Sindicato dos Professores das Instituições Federais do Ensino Superior da Bahia (APUB), militante da Marcha Mundial das Mulheres, do PT e da DS.